

OESP (Espaço Aberto)
4/9/2001 p. 12
358

JOSÉ GOLDEMBERG

Amazônia e o Protocolo de Kyoto

A Convenção do Clima, adotada no Rio de Janeiro em 1992, recebeu grande impulso na recente reunião em Bonn, na Alemanha, que abriu caminho para a ratificação do Protocolo de Kyoto. Este protocolo estabelece que os países industrializados terão de reduzir suas emissões

de gases responsáveis pelo efeito estufa – isto é, o aquecimento da Terra – em 5,2% em relação ao seu nível de emissões em 1990. Essa meta deverá ser atingida entre 2008 e 2012 e representa aproximadamente uma redução mundial nas emissões de 200 milhões de toneladas de carbono por ano sob a forma de dióxido de carbono, que resulta da queima de combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás natural) e do desmatamento. As florestas são reservatórios de carbono, que é lançado na atmosfera quando é feita o desmatamento e a madeira e os resíduos vegetais são queimados.

O Brasil é um modesto emissor de carbono, porque o nosso sistema energético é excepcionalmente limpo. Cerca de 90% da eletricidade que usamos vem de usinas hidrelétricas, que não emitem dióxido de carbono. Como um todo, o Brasil emite 1% das emissões mun-



Só no ano 2000 foi desmatada uma área de 17 mil km², que continua a crescer

diais (cerca de 70 milhões de toneladas de carbono por ano), o que o coloca no 20.º lugar entre os emissores. Os Estados Unidos ocupam o primeiro lugar, emitindo 25% do total.

Foi essa situação que deu ao Brasil grande autoridade moral para influir nas negociações sobre mudanças climáticas, em

particular no Protocolo de Kyoto, no qual foi incluído o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, por proposta brasileira.

Por esse mecanismo, projetos implementados no Brasil que resultem em redução de emissões de gases do efeito estufa – que ocorreriam se o projeto não existisse – valerão créditos que poderão ser vendidos aos países industrializados. Por exemplo, substituir gasolina (que é um combustível fóssil) por etanol de cana-de-açúcar (que é um combustível renovável), que não implica a emissão de dióxido de carbono, poderia valer créditos. Reflorestar áreas que foram desmatadas – o que reabsorveria dióxido de carbono da atmosfera – também valeria créditos.

Há, contudo, um sério problema no Brasil, que é o desmatamento da floresta amazônica. Só no ano 2000 foi desmatada uma área de 17 mil quilômetros quadrados

– equivalente a metade da Bélgica e a todo o Estado de Israel –, que continua a crescer. O desmatamento decaiu muito no período 1989-1992, quando subsídios foram removidos e a fiscalização do Ibama aumentou, mas voltou a subir a partir de 1993. Cerca de 14% de toda a floresta já foi destruída e, na marcha atual, outro tanto o será no próximos 20 ou 30 anos. Quando atingirmos esse nível, muitos dos atuais “bolsores do desmatamento”, relativamente circunscritos, serão tão extensos que levarão à destruição de áreas ainda maiores.

O desmatamento da Amazônia leva à emissão de cerca 140 milhões de toneladas de carbono por ano. Somando este número aos 70 milhões de toneladas que o restante do País emite, o Brasil passa a ser o sexto emissor mundial de carbono, logo abaixo de Estados Unidos, China, ex-União Soviética, Japão e Índia.

Apesar de não estarmos submetidos a limites nas nossas emissões, como estão os países industrializados que ratificarem o Protocolo de Kyoto, o desmatamento da Amazônia contribui muito para o efeito estufa, o que coloca o País numa posição moral e política vulnerável.

O principal problema da preservação da Amazônia não é causado – como no passado – pelas grandes empresas agropecuárias, que tentaram converter a região em grandes fazendas de gado de baixíssima produtividade ou madeiras preda-

tórias, beneficiando-se de isenções fiscais. Ele decorre hoje do fato de que mais da metade do desmatamento é provocado por pequenos agricultores, que usam métodos rudimentares de cultivo em áreas de menos de cem hectares, reassentados pelo Incra. Sem técnicas adequadas de recuperação do solo, as terras de grande parte da Amazônia, da qual a floresta foi removida, perdem sua fertilidade depois de poucos anos de uso. Os índios da Amazônia sabiam muito bem disso e também desmatavam, abrindo, porém, clareiras numa escala muito menor, o que permitia a recomposição da floresta quando abandonadas.

Melhorar as técnicas agrícolas do uso do solo na Amazônia faria muito pela preservação da floresta, porque evitaria desmatamentos adicionais, mas isso envolve um trabalho de extensão agrícola de proporções imensas. É bem verdade que funcionou no cerrado, onde a plantação de soja foi feita com técnicas modernas, o que explica sua alta produtividade. As condições do cerrado, contudo, são bem diferentes das da Amazônia, não só do ponto de vista do clima como também do próprio sistema fundiário. O cerrado se presta à mecanização agrícola, que é inviável, em geral, num regime de pequenas propriedades.

De qualquer forma, o que estamos presenciando na Amazônia não pode continuar. Não é o embaraço que os ambientalistas de organizações internacionais criam, mas o próprio interesse da população que vive na Amazônia (quase 20 milhões de brasileiros) que está em jogo, uma vez que a destruição da floresta não lhe vai garantir um desenvolvimento duradouro.

Além disso, as pressões internacionais em relação à Amazônia – que já foram fortes no passado – vão provavelmente aumentar no futuro, tendo em vista a posição do governo americano de não ratificar o Protocolo de Kyoto porque China e Índia não estão sujeitas a limitações nas suas emissões. Não seria de surpreender se o Brasil fosse adicionado a esses países pelo presidente Bush.

■ José Goldemberg foi secretário de Meio Ambiente da Presidência da República

